



Município do Cadaval
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Mandato 2017/2021

E D I T A L

Nº 08/2020

PUBLICIDADE das DELIBERAÇÕES
SESSÃO ORDINÁRIA no dia 26 de junho de 2020

----- **Rui Manuel Martins Sores**, Presidente da Assembleia Municipal do Cadaval: -----

----- Em conformidade com o estabelecido no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **torna públicas as seguintes deliberações** da 2.ª sessão do ano de 2020 e 14.ª sessão do mandato de 2017/2021 **desta Assembleia Municipal**, realizada em **26 de junho de 2020**: -----

----- ♦ **“Documento de Prestação de Contas do ano de 2019”** -----

----- Aprovado por **maioria**, com 21 votos a favor (18 do PSD, 2 do PS e 1 do CDS) 5 abstenções (PS) e 1 voto contra (CDU),

----- ♦ **“Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2019”** -----

----- Aprovado por **unanimidade**, com 27 votos a favor (18 do PSD, 7 do PS, 1 do CDS e 1 da CDU).-----

----- ♦ **“Aquisição de serviços para certificação das contas do Município”** -----

----- Aprovado por **maioria**, com 19 votos a favor (18 do PSD e 1 do CDS) e 8 abstenções (7 do PS e 1 da CDU).-----

----- ♦ **“Fornecimento de refeições a quente nas Escolas do Ensino Básico e Jardins de Infância”** -----

----- Aprovado por **unanimidade**, com 27 votos a favor (18 do PSD, 7 do PS, 1 do CDS e 1 da CDU).-----

----- ♦ **“1ª Revisão ao Orçamento para 2020 e introdução do saldo de gerência (para ratificação)”** -----

----- Aprovado por **unanimidade**, com 27 votos a favor (18 do PSD, 7 do PS, 1 do CDS e 1 da CDU).-----

----- ♦ **“MOÇÃO – Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local”** -----

----- Aprovado por **maioria**, com 26 votos a favor (18 do PSD, 7 do PS e 1 da CDU) e 1 abstenção (CDS) o teor da seguinte moção: .-

----- **“ MOÇÃO** -----

----- **Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local** -----

----- A atual situação que vivemos, veio evidenciar a importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores nas respostas às necessidades das populações. Diariamente milhares de trabalhadores da administração local asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, resposta sociais e a continuidade da qualidade de vida da população. -----

----- Na Administração Pública destacam-se os trabalhadores afetos à recolha de lixo, higiene urbana e manutenção de infraestruturas de água e saneamento, cujo desempenho de funções acarreta riscos inevitáveis para a saúde e a própria vida dos trabalhadores, independentemente do uso de equipamentos de proteção adequados, estando assim expostos ao risco que normalmente já decorre da sua atividade, sem qualquer tipo de compensação, acrescido agora de riscos adicionais particularmente agravados de contágio pelo covid-19. ----

----- Importa esclarecer que a regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma reivindicação antiga, além de muito justa e necessária, que ganha especial pertinência no contexto atual. ---

----- O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, veio regulamentar as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade, além de outras formas de compensação em função das particularidades da prestação de trabalho nessas condições. No entanto, este Decreto-Lei fixou o regime de atribuição deste



Município do Cadaval
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Mandato 2017/2021

suplemento apenas para a Administração Central, enquanto para as autarquias locais a respetiva regulamentação deveria ser efetivada no prazo de 150 dias. Tal nunca sucedeu e por isso estamos perante uma situação de flagrante injustiça. -----

----- Os trabalhadores da Administração Local continuam a executar funções suscetíveis de risco, penosidade e insalubridade sem que exista um reconhecimento dessa condição e sem qualquer compensação. -----

----- O suplemento de risco, penosidade e insalubridade e outras formas de compensação não representam qualquer benefício ou privilégio. São uma compensação decorrente da execução de atividades em condições penosas, insalubres e de risco, sendo a sua aplicação da mais elementar justiça e constituindo um direito dos trabalhadores nestas condições e um forte contributo para a dignificação do trabalho e dos trabalhadores. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal do Cadaval, reunida no dia 26 de junho de 2020, delibera: -----

----- 1. Saudar todos os trabalhadores do município do Cadaval que diariamente prestam serviços essenciais às populações; -----

----- 2. Exigir do Governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Local. -----

----- Esta moção a ser aprovada deverá ser enviada para: -----

----- - Senhor Primeiro Ministro; -----

----- - Ministério das Finanças; -----

----- - Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública; -----

----- - Senhor Presidente da Assembleia da República; -----

----- - Grupos Parlamentares; -----

----- - ACT; -----

----- - CGTP-IN; -----

----- - UGT. -----

----- Para constar e devidos efeitos se publica este EDITAL e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo do Concelho. -----

Paços do Município de Cadaval, 30 de junho de 2020
O Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Manuel Martins Soares)